



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO

FUNDADA EM 1561

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020





ÍNDICE

✓ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

- BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020 E 2019
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

✓ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

1. IDENTIFICAÇÃO DE IDENTIDADE
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

- 3.1.1. Continuidade
- 3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica
- 3.1.3. Consistência de apresentação
- 3.1.4. Materialidade e agregação
- 3.1.5. Compensação
- 3.1.6. Informação Comparativa

3.2. — POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

- 3.2.1. Activos fixos tangíveis
- 3.2.2. Ativos Intangíveis
- 3.2.3. Locações
- 3.2.4. Inventários
- 3.2.5. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros
- 3.2.6. Clientes e Outros Ativos Correntes
- 3.2.7. Caixa e Depósitos Bancários
- 3.2.8. Fornecedores e Outros Passivos Correntes
- 3.2.9. Fundos Patrimoniais
- 3.2.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- 3.2.11. Benefícios dos empregados
- 3.2.12. Subsídios e outros apoios de entidades públicas
- 3.2.13. Fluxos de caixa
- 3.2.14. Eventos subsequentes



3.3. — PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

3.4. — PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

4. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS
5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
6. ACTIVOS INTANGÍVEIS
7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS
8. INVENTÁRIOS
9. CRÉDITOS A RECEBER
10. DIFERIMENTOS
11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS
12. FUNDOS PATRIMONIAIS
13. FORNECEDORES
14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS
15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES
16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS
17. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
18. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO
19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS
21. PERDAS POR IMPARIDADE
22. OUTROS RENDIMENTOS
23. OUTROS GASTOS
24. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO
25. RESULTADOS FINANCEIROS
26. MAPA DAS VALÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO
27. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS
28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

ANEXOS

Parecer do Conselho Fiscal

Ata da Assembleia Geral



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de Dezembro de 2020

Unidade Monetária: Euro			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2020	31/12/2019
ACTIVO:			
Activo não Corrente:			
Activos fixos tangíveis	5	2.133.611,05	2.192.677,84
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	7	499,40	499,40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros Créditos e activos não correntes			
		2.134.110,45	2.193.177,24
Activo Corrente:			
Inventários	8	3.908,43	5.618,39
Créditos a receber - Clientes e Utentes	9	32.362,61	46.006,87
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	10	4.104,95	3.689,26
Outros activos correntes	9	28.453,41	12.265,81
Caixa e depósitos bancários	11	73.295,97	1.144,03
		142.125,37	68.724,36
Total do Ativo		2.276.235,82	2.261.901,60
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	12.191,05	12.191,05
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	12	(277.052,70)	(200.557,35)
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1.229.765,31	1.253.547,60
Resultado líquido do período		(192,25)	(76.495,35)
Total dos Fundos Patrimoniais		964.711,41	988.685,95
Passivo			
Passivo não Corrente:			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	16	990.631,58	998.244,94
Outras dividas a pagar	15	61.946,57	61.946,57
		1.052.578,15	1.060.191,51
Passivo Corrente:			
Fornecedores	13	84.330,34	61.010,23
Estado e outros entes públicos	14	25.308,43	14.821,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	16	23.000,00	22.000,00
Diferimentos			
Outros passivos correntes	15	126.307,49	115.192,01
		258.946,26	213.024,14
Total do Passivo		1.311.524,41	1.273.215,65
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		2.276.235,82	2.261.901,60

O PROVIDOR:

O TESOUREIRO:

CONTABILISTA CERTIFICADO

MEMBRO OCC 80408

JVS

Carla Rita Santos

Carlos Santos

Demonstrações Financeiras e Anexo em 31 de Dezembro de 2020



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31

Dezembro 2020

RUBRICAS	NOTAS	Unidade Monetária: Euro	
		PERÍODOS	
		31-12-2020	31-12-2019
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	17	405.670,18	441.311,45
Subsídios, doações e legados à exploração	18	598.467,56	450.983,85
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(144.905,64)	(143.005,18)
Fornecimentos e serviços externos	19	(215.304,93)	(184.241,97)
Gastos com o pessoal	20	(599.012,39)	(594.357,04)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	(21.086,78)	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	22	80.513,19	80.725,05
Outros gastos	23	(13.413,68)	(6.488,73)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		90.927,51	44.927,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(66.395,09)	(74.092,96)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.532,42	(29.165,53)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	25	(24.724,67)	(47.329,82)
Resultado antes de impostos		(192,25)	(76.495,35)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(192,25)	(76.495,35)

O PROVEDOR:

O TESOUREIRO:

CONTABILISTA CERTIFICADO

MEMBRO OCC 80408

J. V.

Carpetes Amato

Rafaela S. J. -



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO

PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euro

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUIDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE								
		Fundos	Exced. Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Exced. de revalorização	Outras Variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	12	12.191,05	-	-	(200.557,35)	-	1.253.547,60	(76.495,35)	988.685,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		12				(76.495,35)		(23.782,29)	76.495,35	(23.782,29)
	7		-	-	-	(76.495,35)	-	(23.782,29)	76.495,35	(23.782,29)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(192,25)	(192,25)
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7 + 8		-	-	-	76.495,35	-	-	76.303,10	(23.974,54)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuidores										
Outras operações										
	10									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020										
11 = 6 +7+8+10		12	12.191,05	-	-	(277.052,70)	-	1.229.765,31	(192,25)	964.711,41

O PROVEDOR:

O TESOUREIRO:

CONTABILISTA CERTIFICADO

MEMBRO OCC 80408



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	422 677,12	475.220,41
Pagamentos a fornecedores	-341 371,95	-300.563,94
Pagamentos ao pessoal	-403 714,19	-406.796,68
Caixa gerada pelas operações	-322 409,02	-232.140,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Recebimento de Quotas	288,00	
Recebimento Reembolso IVA	8 068,31	
Pagamentos ao Estado	-170 141,41	
Recebimento Subsídios JFT, CMAS e IGFSS	571.190,91	
Outros recebimentos/pagamentos	6 569,61	282.555,46
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	93 566,40	50.415,25
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		-11.185,28
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis - Rendas	3.058,68	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	3.058,68	-11.185,28
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	735 763,77	553.000,00
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações	6 944,40	241,31
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-742 377,13	-545.507,92
Juros e gastos similares	-24 804,18	-47.350,13
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-24 473,14	-39.616,74
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	72 151,94	-386,77
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 144,03	1 530,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período	73 295,97	1 144,03

O PROVEDOR:

O TESOUREIRO:

CONTABILISTA CERTIFICADO

MEMBRO OCC 80408

Demonstrações Financeiras e Anexo em 31 de Dezembro de 2020



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO, abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia do Torrão, fundada no ano de mil quinhentos e sessenta e um, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos (IPSS), desde 1983.

Constituída sob a forma de Irmandade, está registada na DGSS em 26-07-1983 no livro das Irmandades, na fls 135 e verso, sob o n.º 48/83, com o NIPC 501 185 631, NISS 20007593811 e tem cadastrado o CAE principal n.º 88101 e secundário 87301, tem sede na Rua do Poço Mau n.º 4 em Torrão.

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO tem como missão a prestação de cuidados individualizados e personalizados em meio domiciliário ou institucional a indivíduos e famílias que, por motivo de doença, idade, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ ou as actividades da vida diária.

A natureza da actividade da Misericórdia é apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, nas respostas de:

- Centro de dia, com acordo típico para 25 utentes.
- Serviço de apoio domiciliário, com acordo atípico para 35 utentes.
- Estrutura residencial para pessoas idosas, com acordo típico para 32 utentes e 9 vagas extra acordo.



2 — REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras no ano de 2020 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Misericórdia e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de Março, e publicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- ☒ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ☒ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- ☒ Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- ☒ NCRF – ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho; e
- ☒ Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258, de 29 de Julho.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Misericórdia.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2019.

3 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das *Demonstrações Financeiras* foram as seguintes:

3.1. — BASES DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as *Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras* (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.



Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respectivas contas das rubricas *“Devedores e credores por acréscimos”* e *“Diferimentos”*.

3.1.3. Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão e erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste *“Anexo”*.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grande número de transacções ou acontecimentos que são agregados em rubricas de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do *“Balanço”*, na *“Demonstração de Resultados”*, na *“Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais”* e na *“Demonstração de Fluxos de Caixa”* ou no *“Anexo”*.



3.1.5. Compensação

Devido à importância dos “Ativos” e “Passivos” em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas “Demonstrações Financeiras”, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. — POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. Activos fixos tangíveis

Os “ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos *ativos* e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmo que a Instituição espera vir a incorrer.

Os “ativos” que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com a manutenção e reparação destes activos são reconhecidas como gasto no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, sendo aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Anos de Vida Útil
Terrenos e recursos naturais	Não Aplicável
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e Utensílios	3-7
Equipamento Administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Instituição revê anualmente a vida útil de cada *ativo*, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de *ativos "fixos tangíveis"* são determinadas pela diferença entre o valor da realização e a quantia escriturada que estiver reconhecida na data de alienação do *ativo*, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "*Outros rendimento e ganhos*" ou "*Outros gastos e perdas*", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

3.2.2. Ativos Intangíveis

À semelhança dos "*ativos fixos tangíveis*", na existência de "*ativos intangíveis*" estes encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Sendo as amortizações a calcular, pelo método da linha recta (quotas constantes), aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir da data da entrada em funcionamento, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem, durante a vida útil estimada. Não se considera qualquer valor residual para estes bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada conforme se encontra descrito no quadro abaixo:

Descrição	Anos de Vida Útil
Programas de computador	3
Outros ativos intangíveis	Variável



3.2.3. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os “*ativos tangíveis*” adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo. Por outro lado, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato são reconhecidas no passivo pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.2.4. Inventários

Os “*inventários*” encontram-se valorizados a custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, e a custos de conversão. Sempre que o valor de custo é superior ao valor de realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Instituição adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out) nas matérias-primas, respeitando assim os prazos de validade.

3.2.5. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Misericórdia estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.6. Clientes e Outros Ativos Correntes

As contas de “*clientes e outras contas a receber*” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), para assim refletir o valor realizável líquido.



As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de uma forma quantificável, através de informação recolhida, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como “*ativo corrente*”, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de “*balanço*”, são exibidas como activos não correntes.

3.2.7. Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica inclui os valores em *caixa* e *depósitos bancários* de curto prazo, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.2.8. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “*fornecedores*” e “*outras contas a pagar*” são reconhecidas pelo seu valor nominal.

3.2.9. Fundos Patrimoniais

A rubrica de *fundos* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*fundos patrimoniais*” são compostos por: fundos atribuídos pelos fundadores ou terceiros, fundos acumulados e outros excedentes, subsídios, doações e legados.

3.2.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As “*provisões*” são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As “*provisões*” são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



Os “passivos contingentes” não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no “anexo”, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Os “ativos contingentes” são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Se for provável que permita actividades presentes e futuras, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela mesa administrativa. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2.12. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os “subsídios e outros apoios de entidades públicas” são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



Os “subsídios ao investimento” não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no fundo patrimonial e reconhecidos na demonstração dos resultados, proporcionalmente na mesma proporção das depreciações/amortizações do exercício dos ativos subsidiados.

Os “subsídios” do governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.13. Fluxos de caixa

A “demonstração dos fluxos de caixa” é preparada através do método directo. A entidade classifica na rubrica “Caixa” e seus equivalente os montantes de “caixa e depósitos à ordem”.

A “demonstração dos fluxos de caixa” encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de activos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são reflectidos nas “demonstrações financeiras”. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgadas no “Anexo”.

3.3. — PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As “demonstrações financeiras” anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade não tendo a Misericórdia intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.



3.4. — PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4 — POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 — ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro.

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aumentos	Reduções	Abates	Saldo em 31-12-2020
Valor Bruto					
Edifícios e Outras Construções	2.843.900,55	7.328,30			2.851.228,85
Equipamento Básico	286.756,29				286.756,29
Equipamento de Transporte	88.679,36				88.679,36
Equipamento Administrativo	19.222,46				19.222,46
Outros Ativos Fixos Tangíveis	7.616,22				7.616,22
Total (A)	3.246.174,88	7.328,30	-	-	3.253.503,18
Depreciações					
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	1.053.497,04	66.395,09			1.119.892,13
Total (B)	1.053.497,04	66.395,09	-	-	1.119.892,13
Quantia Escriturada (A-B)	2.192.677,84	-59.066,79	-	-	2.133.611,05



6 — ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aquisições/ Dotações	Saldo em 31-12-2020
Custo			
Programas de Computador	11.601,24		11.601,24
Total (A)	11.601,24	-	11.601,24
Amortizações Acumuladas			
Depreciação do Período			
Amortização Acumulada de Períodos Anteriores	11.601,24		11.601,24
Total (B)	11.601,24	-	11.601,24
Quantia Escriturada (A-B)	0,00	-	0,00

7 — INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “*Outros Investimentos Financeiros*” apresentava os seguintes valores.

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Outros Investimentos financeiros	499,40	499,40

8 — INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-01-2019	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-12-2019	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-12-2020
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	4.697,40	143.926,17	0,00	5.618,39	142.750,09	445,59	3.908,43
Total	4.697,40	143.926,17	0,00	5.618,39	142.750,09	445,59	3.908,43
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				143.005,18			144.905,64



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

9 — CRÉDITOS A RECEBER

Utentes

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “*Cientes*” encontrava-se desagregada conforme quando abaixo.

Descrição	2020	2019
Utentes conta corrente		
Centro de Dia	519,73	684,11
Serviço de Apoio Domiciliário	1.081,30	993,81
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	30.761,58	44.328,95
Utentes Cobrança Duvidosa - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	21.086,78	-
Utentes perdas por imparidade - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	(21.086,78)	-
Total	32.362,61	46.006,87

Outros Activos Correntes

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de ativos correntes apresentava os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Adiantamentos a Pessoal	350,00	500,00
Adiantamentos a fornecedores	531,00	576,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	22.617,30	5.742,36
Outros Devedores (Despesas em Nome de Utentes)	4.939,25	5.431,30
Outros Devedores	15,86	16,15
Total	28.453,41	12.265,81

10 — DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os saldos seguintes.

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Outros Custos Diferidos - Seguros		
Viaturas	711,97	735,20
Acidentes de Trabalho	992,96	1.031,34
Estabelecimento	1.736,51	1.482,60
Outros Seguros	423,29	440,12
Outros Custos Diferidos - Optima ID	240,22	0,00
Total	4.104,95	3.689,26



11 — CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020, ficou com os saldos seguintes:

Quantia Escriturada e Movimentos do Período				
Rubrica	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	267,77	29.369,54	29.404,31	233,00
Depósitos à ordem	876,26	2.677.118,13	2.604.931,42	73.062,97
Saldo Final	1.144,03	2.706.487,67	2.634.335,73	73.295,97

12 — FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante os anos de 2020 e 2019.

Descrição	Saldo 31-12-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2020
Fundos	12.191,05	-	-	12.191,05
Resultados Transitados	(200.557,35)	-	76.495,35	(277.052,70)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais				
Subsídios ao investimento e Doações	1.253.547,60	7.328,30	31.110,59	1.229.765,31
Total	1.065.181,30	7.328,30	107.605,94	964.903,66

Descrição	Saldo 31-12-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2019
Fundos	12.191,05	-	-	12.191,05
Resultados Transitados	(330.204,00)	129.646,65	-	(200.557,35)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais				
Subsídios ao investimento e Doações	1.294.337,46	-	40.789,86	1.253.547,60
Total	976.324,51	129.646,65	40.789,86	1.065.181,30

Descrição	31-12-2020	31-12-2019
Resultado Líquido do Período	-199,25	-76.495,35

Nos períodos de 2020 e 2019, as variações nos fundos patrimoniais, rubrica “subsídios” foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subsidio Obras - PIDDAC	13.714,78	13.714,78
Subsidio Obras – Outros	11.808,81	11.808,81
Subsidio Obras – CMAS	5.288,00	5.288,00
Subsidio Obras – JFT	299,00	299,00
Subsidio Equipamento Lar - PRODER	0,00	3.479,08
Subsidio Equipamento Lar - CMAS	0,00	6.200,19
Total	31.110,59	40.789,86



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

No que se refere à rubrica “doações” aumentou em 2020 o valor de 7.328,30, doação de uma casa no Largo de São Francisco, Torrão (utente de ERPI).

13 — FORNECEDORES

O saldo da rubrica de “Fornecedores” apresenta os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Fornecedores C/C	84.330,34	61.010,23
Total	84.330,34	61.010,23

14 — ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Estado e Outros Entes Públicos		
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	3.028,50	1.743,00
Contribuições para a segurança social	22.279,93	13.078,90
Total	25.308,43	14.821,90

15 — OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

A rubrica “Outros Passivos Correntes” divide-se conforme quadro seguinte:

Descrição	2020	2019
Passivo Não Corrente	61.946,57	61.946,57
Fornecedores de Investimento	61.946,57	61.946,57
Passivo Corrente		115.192,01
Credores por Acréscimo de Gastos	80.554,70	71.380,92
Remunerações a Liquidar (Estimativa)	77.564,48	71.380,92
Outras Despesas a Liquidar	2.990,22	0,00
Outros Credores	45.752,79	43.811,09
Utentes (Gestão Cofre)	21.933,28	21.676,42
Fornecedores Despesas em Nome Utentes	14.013,98	12.908,71
Contabilista e Penhoras de Vencimento	9.805,53	9.225,96
Total	188.254,06	292.330,59



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Salienta-se que em “*Outros Credores – Utentes*”, refere-se à verba de conta corrente detida pelos utentes, e que está apenas à guarda da SCMT, fiel depositária daquele montante.

16 — FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade apresenta os seguintes valores relativos a “*Financiamentos Obtidos*”.

Descrição	31-12-2020		31-12-2019	
	Valor Corrente	Valor Não Corrente	Valor Corrente	Valor Não Corrente
Empréstimos Bancários	-	144.642,87	-	0,00
Locações Financeiras	-	797.988,71	-	803.244,94
Contas Cauçionadas	23.000,00	48.000,00	22.000,00	195.000,00
Total	23.000,00	990.631,58	22.000,00	998.244,94

17 — VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “*Prestação de Serviços*”:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços	405.670,18	441.311,45
Quotas de Utilizadores	405.330,08	439.854,09
Centro de Dia	53.668,08	84.723,29
Serviço de Apoio Domiciliário	49.757,35	44.891,35
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	301.904,65	310.239,45
Quotizações e Joias	288,00	462,00
Serviços Secundários	52,10	995,36

18 — SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Os “*subsídios à exploração*” são reconhecidos na demonstração de resultados. Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2020	2019
Subsídios ISS IP	509.407,97	445.728,85
Centro de Dia	70.538,40	35.133,00
Serviço de Apoio Domiciliário	177.814,65	169.863,37
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	162.282,39	150.723,42



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Vagas Extra Acordo	77.062,32	74.262,24
Vagas Reservadas	10.628,52	15.746,82
Apoio Excecional à Família	3.081,69	0,00
Programa Adaptar Social +	8.000,00	0,00

Subsidio Autarquia	81.669,60	5.255,00
Junta de Freguesia do Torrão	76.669,60	5.255,00
Câmara Municipal de Alcácer do Sal	5.000,00	0,00
Doações e Heranças	7.389,99	0,00
Em Dinheiro	6.944,40	0,00
Em Espécie	445,59	0,00
Total	598.467,56	450.983,85

19 — FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2020 e 2019 foi a seguinte:

Rubricas dos Fornecimentos e Serviços Externos	2020	2019
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS:	52.226,63	55.327,80
Trabalhos Especializados	17.943,41	19.219,95
Vigilância e Segurança	764,04	2.859,31
Honorários	18.177,32	17.969,50
Conservação e Reparação	15.341,86	15.279,04
MATERIAIS:	26.284,37	15.536,53
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	20.645,73	9.077,85
Material de Escritório	4.730,31	5.336,45
Artigos para Oferta	59,60	200,42
Material Didático e Lúdico	52,30	113,76
Outros Materiais	796,43	808,05
ENERGIA E FLUIDOS:	78.859,53	73.377,33
Eletricidade	53.673,42	46.053,19
Combustíveis	18.850,23	22.270,29
Água	6.335,88	5.053,85
DESLOCAÇÕES E ESTADAS:	165,45	744,20
Refeições	10,60	36,70
Táxi	154,85	707,50
SERVIÇOS DIVERSOS:	48.041,77	30.699,32
Rendas e Alugueres	2.710,81	3.099,72
Comunicações	3.425,64	3.076,79
Seguros	4.744,66	4.343,68
Contencioso e Notariado	378,00	0,00
Limpeza, Higiene e Limpeza	35.374,66	18.601,33
Outros Serviços	1.408,00	1.577,80
ENCARGOS COM UTENTES	9.727,18	8.556,79

Demonstrações Financeiras e Anexo em 31 de Dezembro de 2020



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Total	215.304,93	184.241,97
-------	------------	------------

20 — BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

• Órgãos Sociais:

O número de membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia do Torrão, no período de 2020 é o mesmo, ou seja continuam apenas 12 membros (saída de um membro), todos em regime de voluntariado, não auferindo qualquer remuneração, distribuídos da seguinte forma:

- Mesa da Assembleia Geral: 3 membros
- Conselho Fiscal: 3 membros
- Mesa Administrativa: 6 membros (em que um membro assume dois cargos)

• Colaboradores:

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição no período de 2020 foi de 49 e em 2019 de 51.

Os gastos com o pessoal, em 2020 e 2019 foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	2020	2019
Remunerações do Pessoal	483.384,06	480.566,50
Indemnizações	771,53	452,00
Encargos sobre Remunerações	106.518,90	106.678,46
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	7.122,63	5.664,88
Outros Gastos	1.215,27	995,20
Total	599.012,39	594.357,04

21 — PERDAS POR IMPARIDADE

No período de 2020, foi registado “Perdas por imparidade”.

Descrição	2020	2019
Em dívidas a receber – utentes ERPI	21.086,78	0,00



22 — OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “*Outros Rendimentos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos suplementares	34.293,30	34.227,85
Desconto de pronto pagamento obtidos	30,00	0,00
Rendimentos/Ganhos em Investimentos Não Financeiros - Renda Consultório	3.058,68	3.058,68
Imputação subsídios ao investimento	31.110,59	40.789,86
Restituição de Impostos *	10.798,95	2.402,14
Benefícios e penalidades contratuais	1.200,83	0,00
Outros não especificados	20,84	246,52
Total	80.513,19	80.725,05

* Restituição de impostos corresponde ao processo de pedidos efectuados e relativas ao IVA (50%), nas despesas com obras, de equipamento básico e alimentação.

23 — OUTROS GASTOS

A rubrica de “*Outros Gastos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos Directos (IMI)	0,00	4.822,14
Impostos Indirectos (Imposto de Selo)	139,20	130,13
Taxas	108,49	325,47
Dívidas Incobráveis	12.601,68	0,00
Quotizações	480,00	618,00
Outros	4,80	572,68
Outros Gastos de financiamento	79,51	20,31
TOTAL	13.413,68	6.488,73

24 — GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentam-se como se segue:

Descrição	2020	2019
Ativos Fixos Tangíveis	66.395,09	74.092,96



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Edifícios e Outras Construções	63.707,43	63.707,43
Equipamento Básico	2.687,66	10.209,46
Equipamento Administrativo	0,00	176,07

25 — RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com juros e similares.

Descrição	2020	2019
Gastos e perdas de financiamento	24.724,67	47.29,82
Juros suportados	16.508,87	40.437,05
Outros gastos e perdas de financiamento	8.215,80	6.892,77

26 — MAPA DAS VALÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO

Os resultados das três das respostas da Instituição apresentam-se no quadro abaixo.

RUBRICAS	ANO 2020	CD	SAD	ERPI
Prestação de serviços	405.670,18	53.741,44	49.874,05	302.054,69
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	598.467,56	75.437,27	170.723,16	352.307,13
Outros Rendimentos e Ganhos	80.513,19	6.513,93	11.310,94	62.688,32
Total dos Rendimentos	1.084.650,93	135.692,64	231.908,15	717.050,14
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	144.905,64	29.698,26	28.720,77	86.486,61
Fornecimentos e Serviços Externos	215.304,93	30.037,68	43.591,26	141.675,99
Gastos com o Pessoal	599.012,39	83.979,68	119.783,39	395.249,32
Gastos de Depreciação e de Amortização	66.395,09	8.753,68	13.926,28	43.715,13
Perdas por imparidade	21.086,78	0,00	0,00	21.086,78
Outros gastos e perdas	13.413,68	175,13	278,63	12.959,92
Total dos Gastos	1.060.118,51	152.644,43	206.300,33	701.173,75
Resultado Operacional	24.532,42	16.951,79	25.607,82	15.876,39
Gastos de Financiamento	24.724,67	2.685,53	4.272,42	17.766,72
Resultado Líquido	(192,25)	(19.637,32)	21.335,40	(1.890,33)

27 — DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Nos termos do art.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção, a Mesa Administrativa informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

28 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente “Anexo”, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevadas nas contas.

Todavia, numa perspectiva de enquadramento futuro, constata-se que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de pandemia global no início de Março de 2020, tendo o vírus sido designado por COVID-19, e que a nível nacional esta situação conduziu a vários estados de emergência, obrigando a um confinamento generalizado da população.

É expectável que desta situação resulte um impacto económico significativo, não sendo possível avaliar a sua medida nem a sua extensão a nível nacional nem ao nível da actividade da Instituição, contudo, estima-se que o impacto não coloque em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos assumidos.

Relativamente aos restantes números do “Anexo às Demonstrações Financeiras”, nada há a declarar ou a comentar.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 21 de Maio de 2021.

Torrão, 21 de Maio de 2021

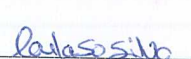
O PROVIDOR:


(João Gonçalves Ferreira de Barahona Nuncio)

O TESOUREIRO:


(Gualter Manuel Marques Marranita)

O CONTABILISTA CERTIFICADO


(Carla Sofia da Silva)
MEMBRO OCC 80408



ANEXOS





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO

Instituição Particular de Solidariedade Social

Contribuinte Fiscal: 501 185 631

Irmãos,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia do Torrão vem submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da sua acção fiscalizadora, bem como, o parecer emitido sobre o Relatório e Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

RELATÓRIO

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Santa Casa quer através da informação contabilística, quer das reuniões que manteve com a Mesa Administrativa. E desta, recebeu com oportunidade as provas e os esclarecimentos solicitados.

A informação contabilística foi objecto de verificações e análises com a profundidade e a extensão necessárias, visando a observância das disposições legais e estatutárias e a conformidade dos livros e registos contabilísticos com os correspondentes documentos de suporte.

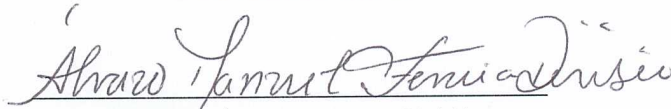
Verificámos a exactidão do Balanço e da Demonstração de Resultados.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Que sejam aprovados o Relatório e Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, bem como, a proposta de aplicação de resultados.

Torrão, 21 de Maio de 2021

O CONSELHO FISCAL:


(Presidente – Álvaro Manuel Ferreira Dionísio)


(1º Secretário – João José Reguengos Letras)


(2º Secretário – José dos Santos Matias)

Torreão, 26 Fevereiro de 2021
O Presidente da Assembleia Geral
26.11.2021 José Mestre Faria

Acta nº 57

Ao vigésimo primeiro dia do mês de Maio do ano de dois mil e vinte, ~~por~~ pelas dezasseis horas, meia hora depois da hora marcada, reuniu na Sede Situa na Rua do Poço Mau número quarenta em Torreão, Concelho de Alcaêz do Sal a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Torreão.

Esta Assembleia foi convocada por meio de edital afixado na Sede da Santa Casa da Misericórdia e locais de acesso público na Freguesia do Torreão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - leitura e votação da acta da Sessão anterior;

Ponto dois - Apreciação, discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2020 e do parecer do Conselho Fiscal.

Ponto três - Qualquer outro assunto de interesse para a instituição.

Constituída a Mesa da Assembleia Geral, deu-se início à Sessão com leitura da acta da Sessão anterior e antes que fosse lida a ordem do dia o Presidente da Assembleia Geral manifestou a vontade que ficasse registado em Acta um leuvar que incluisse o reconhecimento aos funcionários, corpo técnico e mesa administrativa, pela forma responsável e exemplar com que foi gerida a Santa

Casa da Misericórdia do Torão durante o ano de 2020, Sendo de Salva-guardar Ter Sido um ano atípico de Pandemia que espalhou o pânico e resultou num incalculável número de baixas humanas por todo o mundo.

Sem dúvida que a Tenacidade, a persistência e a perseverança aliada ao espírito de responsabilidade, dos Colaboradores, corpo Técnico e mesa Administrativa da Santa Casa, em muito Contribuiu para que a Terra do Torão tivesse conseguido manter livres de tal flagelo a população mais idosa que temos à nossa responsabilidade. Sente a Santa Casa no seu todo o dever de Serviço cumprido ao longo deste ano, cientes que a pandemia ainda está longe de ser debelada e novos desafios virão pela frente, pelo que deixa aqui registado em acta o seu reconhecimento público.

De seguida foi dada a palavra à Técnica pela Área Social da Instituição que iniciou a apresentação do relatório de Actividades.

A Sessão teve Continuidade e foi dada a palavra à Técnica Oficial de Contas que iniciou a apresentação de relatório de Contas referentes ao ano 2020.

Depois de feito a apresentação do relatório de contas e após algumas considerações sobre a actividade da Santa Casa, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a votação do referido documento

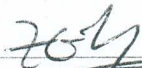
apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade, dando a seguinte aplicação ao resultado líquido negativo do Exercício de 2020, no valor de 192.25€, permanência na conta de resultados até que transitados.

Em seguida e de acordo com o ponto três, foram discutidos alguns assuntos de interesse relativamente ao funcionamento da Instituição.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Sessão e lavrada a presente acta que depois de lida será assinada pelos presentes da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Mesa Administrativa:

Assembleia Geral:

Presidente da Assembleia Geral - Hermenegildo José Horta Faria

1.º Secretário da Assembleia Geral - 

2.º Secretário da Assembleia Geral - 

Conselho Fiscal:

Presidente do Conselho Fiscal - Álvaro Januário Amaro

1.º Secretário do Conselho Fiscal - João José Aguiar Leão

2.º Secretário do Conselho Fiscal - João José dos Santos Aguiar

Mesa Administrativa:

Provedor - J. S.

Vice Provedor - 

Tesoureiro - António Costa

Secretário - 

Vogal - Álvaro Pereira

TORRÃO, 21 de Maio de 2021

O Presidente da Assembleia Geral

Hermenegildo José Horta Faria

